

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

(Da Sra. LAURA CARNEIRO)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à reestruturação das carreiras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo a reestruturação das carreiras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputada LAURA CARNEIRO

INDICAÇÃO Nº , DE 2018

(Da Sra. LAURA CARNEIRO)

Sugere a reestruturação das carreiras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,

Desde a fundação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, em 1970, até 1985, o órgão foi usado para realizar uma “Política de Estado”, de incentivos à ocupação da Amazônia nos programas de colonização oficial, de colonização particular e de regularização fundiárias de grandes áreas.

Entre 1985 e 2018, o Incra teve o seu quadro de pessoal severamente reduzido de 9 mil para 4,5 mil servidores - uma subtração de 50 por cento na sua força de trabalho (ressalte-se que cerca de duas mil pessoas já reúnem condições para se aposentar). Nesse mesmo período, sua atuação territorial foi acrescida em 33 vezes – saltando de 61 para mais de 2000 municípios.

Ao mesmo tempo, o quantitativo de Projetos de Assentamento aumentou em 135 vezes – saindo de 67 para 9.369 unidades, cuja área total passou de 9,8 milhões de hectares para pouco mais de 88,4 milhões de hectares – representando um incremento de nove vezes.

Já o número de famílias assentadas passou de 117 mil para aproximadamente um milhão, ou quatro milhões de pessoas – caracterizando-se, assim, um paradoxo entre um crescimento vertiginoso de serviços e uma redução drástica de meios para atendê-los.

Atualmente são atendidos diretamente pelo Incra cerca de 10 milhões de brasileiros, entre assentados, acampados, quilombolas, ribeirinhos, moradores de reservas extrativistas. Um outro público atendido pelo Incra é de proprietários rurais, com cerca de 5,7 milhões de imóveis rurais particulares.

Como forma de valorizar os profissionais do Incra, das suas duas carreiras, e dar-lhes condições de continuarem a boa atuação, venho neste expediente demonstrar meu TOTAL APOIO às reivindicações dos servidores.

Apesar das enormes dificuldades enfrentadas, os servidores só querem que seja feita a reestruturação das carreiras, tendo por base o Documento Final do Grupo de Trabalho de Carreira, de 2016. Cópia deste documento foi protocolado (SEI Processo nº 54000.038857/2017-88), em dezembro de 2017, pelo próprio presidente do Incra, Leonardo Góes, na Casa Civil da Presidência da República e entregue em mãos ao ministro Eliseu Padilha.

Com base neste citado documento do GT de carreira, as entidades representativas dos servidores produziram uma minuta com a reestruturação que reivindicam (também protocolado na Presidência do Incra, Ministério do Planejamento e Casa Civil ainda em abril de 2017) e cuja cópia segue em anexo.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputada LAURA CARNEIRO

PROPOSTA DE MEDIDA PROVISÓRIA DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS DE SERVIDORES DO INCRA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº XXXX, DE 201X.

TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA

CAPÍTULO I

DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Art. 1º. Os Anexos I, I-A, II, III e V à Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III e IV a esta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 2º. A Tabela IV, do Anexo XLV, da Lei nº 12.702, de 07 de agosto de 2012, passa a vigorar na forma do Anexo V a esta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 3º. Os Anexos I-A, I-B, II, III à Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, passam a vigorar na forma dos Anexos VI, VII, VIII e IX a esta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 4º. A Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24-E. A estrutura remuneratória dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata o art. 1º, terá a seguinte composição:

I - para os cargos de nível superior e de nível intermediário:

Vencimento Básico;

Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA; e

Gratificação de Qualificação - GQ, observado o disposto no art. 24-F. II - para os cargos de nível auxiliar:

Vencimento Básico; e

Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA.”

“Art. 24-F. A partir de 1º de janeiro de 2018, fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível superior e intermediário referidos no art. 1º, em retribuição à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, graduação, ou cursos de capacitação ou qualificação profissional, na forma do regulamento.

- § 1º Os cursos a que se refere o caput deverão ser compatíveis com as atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e deverão estar em consonância com o Plano de Capacitação.

§ 2º Os cursos de Doutorado e Mestrado, para os fins previstos no caput, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente para tanto.

- § 3º A Gratificação de Qualificação de que trata o caput será concedida em 3 (três) níveis, de acordo com os valores constantes do Anexo X desta Lei, observados os seguintes parâmetros:

- para os ocupantes de cargos de nível superior:

Gratificação de Qualificação - GQ Nível I, observado o requisito mínimo de certificado de conclusão de curso de pós-graduação em sentido amplo; ou

Gratificação de Qualificação - GQ Nível II, observado o requisito mínimo de titulação de mestrado, na forma do regulamento; e

Gratificação de Qualificação - GQ Nível III, observado o requisito mínimo de titulação de doutorado, na forma do regulamento; e

- para os ocupantes de cargos de nível intermediário:

Gratificação de Qualificação - GQ Nível I, observados os requisitos mínimos de certificado de conclusão com aproveitamento em cursos de capacitação ou qualificação profissional que totalizem 180 (cento e oitenta) horas; ou

Gratificação de Qualificação - GQ Nível II, observado os requisitos mínimos de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de capacitação ou qualificação profissional que totalizem 250 (duzentas e cinquenta) horas ou

diploma de curso de graduação ou certificado de conclusão de curso de Especialização, na forma do regulamento;

“c) Gratificação de Qualificação - GQ Nível III, observado os requisitos mínimos de titulação de mestrado ou doutorado, na forma do regulamento”.

- § 4º A Gratificação de Qualificação - GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se tiver sido percebida pelo servidor enquanto em atividade.
- § 5º É vedada a percepção cumulativa de níveis diferentes de Gratificação de Qualificação - GQ.”.

Art. 5º. Lei nº Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes **alterações**:

“Art. 4º-E. A estrutura remuneratória dos cargos integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário, a partir de 1º de janeiro de 2018, será composta de:

- Vencimento Básico;
- Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA; e III - Gratificação de Qualificação - GQ, observado o disposto no art. 4º-F.

“Art. 4º-F. A partir de 1º de janeiro de 2018, fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo referidos no art. 1º, em retribuição à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, graduação, ou cursos de capacitação ou qualificação profissional, na forma do regulamento.

- § 1º Os cursos a que se refere o caput deverão ser compatíveis com as atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e deverão estar em consonância com o Plano de Capacitação.
- § 2º Os cursos de Doutorado e Mestrado, para os fins previstos no caput, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente para tanto.
- § 3º A Gratificação de Qualificação de que trata o caput será concedida em 3 (três) níveis, de acordo com os valores

constantes do Anexo XI desta Lei, observados os seguintes parâmetros:

I - para os ocupantes de cargos de nível superior:

Gratificação de Qualificação - GQ Nível I, observado o requisito mínimo de certificado de conclusão de curso de pós-graduação em sentido amplo; ou

Gratificação de Qualificação - GQ Nível II, observado o requisito mínimo de titulação de mestrado, na forma do regulamento; e

“c) Gratificação de Qualificação - GQ Nível III, observado os requisitos mínimos de titulação de mestrado ou doutorado, na forma do regulamento”.

- § 4º A Gratificação de Qualificação - GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se tiver sido percebida pelo servidor enquanto em atividade.
- § 5º É vedada a percepção cumulativa de níveis diferentes de Gratificação de Qualificação - GQ.”.

Art. 6º Fica criada a Gratificação de Localidade Agrária (GLA) para os servidores do INCRA, integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Perito Federal Agrário, que estejam lotados em unidades localizadas na área da Amazônia Legal ou de Faixa de Fronteira.

§ 1º A GLA incide sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo nos seguintes percentuais:

quinze por cento, no caso de exercício em capitais;

trinta por cento, no caso de exercício em outras localidades.

§ 2º O pagamento da gratificação é devido a partir do início do exercício do servidor na localidade para que foi designado, cessando com o seu deslocamento da localidade.

§ 3º Os servidores já domiciliados nessas localidades passam a perceber a referida vantagem a partir da publicação desta lei.

§ 4º A vantagem de que trata esta lei não se incorpora aos proventos da aposentadoria ou disponibilidade, nem servirá de base de cálculo para a contribuição previdenciária.

Art. 7º Ficam criados 2.000 (dois mil) cargos de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, 400 (quatrocentos) cargos de Analista Administrativo, 300 (trezentos) cargos de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário, no Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005, e 300 (trezentos) cargos de Engenheiro Agrônomo na Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, no Quadro de Pessoal do INCRA, para provimento gradual.

Art. 8º. O provimento dos cargos criados pelo artigo 9º desta Lei será realizado de forma gradual a partir do exercício de 2018, condicionado a expressa autorização, em anexo próprio da lei orçamentária anual, com dotação suficiente, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, (...)

ANEXO I

(Anexo I, da Lei nº 11.090, de 06 de janeiro de 2005)

ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DOS CARGOS DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO,

A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2018

Cargos de Nível Superior e de Nível Intermediário

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos de nível superior e intermediário, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário	Especial	III
		II
		I
	C	III
		II
		I
	B	III
		II
		I
	A	IV
		III
		II
		I

ANEXO I-A

(Incluído pela Lei nº 11,784, de 2008)

Cargos de Nível Auxiliar

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos de nível auxiliar do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário	Especial	III
		II
		I

ANEXO II

([Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016](#))

TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS DOS CARGOS DO PLANO DE CARREIRA E CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

a) Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO A PARTIR DE
Especial	III	R\$ 12.802,60
	II	R\$ 12.405,62
	I	R\$ 11.986,11
C	III	R\$ 11.525,10
	II	R\$ 11.135,36
	I	R\$ 10.758,80
B	III	R\$ 10.394,98
	II	R\$ 10.043,46
	I	R\$ 9.657,17
A	IV	R\$ 9.330,60
	III	R\$ 9.015,07
	II	R\$ 8.710,22
	I	R\$ 8.415,67

b) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO A PARTIR DE
Especial	III	R\$ 7.558,57
	II	R\$ 7.376,03
	I	R\$ 7.199,56
C	III	R\$ 6.859,90
	II	R\$ 6.699,52
	I	R\$ 6.544,14
B	III	R\$ 6.393,08
	II	R\$ 6.246,61
	I	R\$ 5.968,92
A	IV	R\$ 5.836,30
	III	R\$ 5.707,23
	II	R\$ 5.582,10
	I	R\$ 5.460,44

c) Cargos de Nível Auxiliar

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO A PARTIR DE
Especial	III	R\$ 5.291,00
	II	R\$ 5.163,22
	I	R\$ 5.039,69

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO

Situação Atual			Situação Proposta		
Cargos	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargos
Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar não organizados em carreira do Quadro de Pessoal do INCRA	Especial	III	III	Especial	Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar não organizados em carreira do Quadro de Pessoal do INCRA
		II	II		
		I	I		
	B	IV	III	B	
		III	II		
		II	I		
	C	I	III	C	
		IV	II		
		III	I		
		II	IV		
	D	I	III	A	
		V	II		
		IV	I		
		III			
		II			
		I			

ANEXO IV

(Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REFORMA AGRÁRIA – GDARA

a) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível superior.

CLASSE	PADRÃO	VALOR PONTO DA GDARA A PARTIR DE
Especial	III	R\$ 54,87
	II	R\$ 53,17
	I	R\$ 51,37
C	III	R\$ 49,39
	II	R\$ 47,72
	I	R\$ 46,11
B	III	R\$ 44,55
	II	R\$ 43,04
	I	R\$ 41,39
A	IV	R\$ 39,99
	III	R\$ 38,64
	II	R\$ 37,33
	I	R\$ 36,07

b) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível intermediário.

CLASSE	PADRÃO	VALOR PONTO DA GDARA A PARTIR DE
Especial	III	R\$ 32,39
	II	R\$ 31,61
	I	R\$ 30,86
C	III	R\$ 29,40
	II	R\$ 28,71
	I	R\$ 28,05
B	III	R\$ 27,40
	II	R\$ 26,77
	I	R\$ 25,58
A	IV	R\$ 25,01
	III	R\$ 24,46
	II	R\$ 23,92
	I	R\$ 23,40

c) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível auxiliar.

CLASSE	PADRÃO	VALOR PONTO DA GDARA A PARTIR DE
Especial	III	R\$ 22,67
	II	R\$ 22,12
	I	R\$ 21,59

ANEXO V

(Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)

Tabela IV - Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário

Vencimento Básico do Cargo de Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: (Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO A PARTIR DE
Médico e Médico Veterinário	Especial	III	R\$ 25.605,20
		II	R\$ 24.811,24
		I	R\$ 23.972,22
	C	III	R\$ 23.050,20
		II	R\$ 22.270,72
		I	R\$ 21.517,60
	B	III	R\$ 20.789,96
		II	R\$ 20.086,92
		I	R\$ 19.314,34
	A	IV	R\$ 18.661,20
		III	R\$ 18.030,14
		II	R\$ 17.420,44
		I	R\$ 16.831,34

Vencimento Básico do Cargo de Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: (Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO A PARTIR DE
Médico e Médico Veterinário	Especial	III	R\$ 12.802,60
		II	R\$ 12.405,62
		I	R\$ 11.986,11
	C	III	R\$ 11.525,10
		II	R\$ 11.135,36
		I	R\$ 10.758,80
	B	III	R\$ 10.394,98
		II	R\$ 10.043,46
		I	R\$ 9.657,17
	A	IV	R\$ 9.330,60
		III	R\$ 9.015,07
		II	R\$ 8.710,22
I		R\$ 8.415,67	

Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário - GDM-IN CRA para os cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: (Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO A PARTIR DE
Médico e Médico Veterinário	Especial	III	R\$ 109,74
		II	R\$ 106,34
		I	R\$ 102,74
	C	III	R\$ 98,78
		II	R\$ 95,44
		I	R\$ 92,22
	B	III	R\$ 89,10
		II	R\$ 86,08
		I	R\$ 82,78
	A	IV	R\$ 79,98
		III	R\$ 77,28
		II	R\$ 74,66
I		R\$ 72,14	

Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário - GDM-IN CRA para os cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei no 11.090, de 7 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: (Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO A PARTIR DE
Médico e Médico Veterinário	Especial	III	R\$ 54,87
		II	R\$ 53,17
		I	R\$ 51,37
	C	III	R\$ 49,39
		II	R\$ 47,72
		I	R\$ 46,11
	B	III	R\$ 44,55
		II	R\$ 43,04
		I	R\$ 41,39
	A	IV	R\$ 39,99
		III	R\$ 38,64
		II	R\$ 37,33
		I	R\$ 36,07

ANEXO VI

ANEXO I-A

(Incluído pela Lei nº 11,784, de 2008)

ESTRUTURA DA CARREIRA DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Engenheiro Agrônomo	Especial	III
		II
		I
	C	III
		II
		I
	B	III
		II
		I
	A	IV
		III
		II
		I

ANEXO VII

Anexo I-B

(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

TABELA DE CORRELAÇÃO PARA A CARREIRA DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO

Situação Atual			Situação Proposta		
Cargos	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargos
Engenheiro Agrônomo	Especial	III	III	Especial	Engenheiro Agrônomo
		II	II		
		I	I		
	B	IV	III	B	
		III	II		
		II	I		
		I	III		
	C	IV	II	C	
		III	I		
		II	IV		
		I	III		
		V	II		
	D	IV	I	A	
		III			
		II			
		I			

ANEXO VIII

Anexo II

(Redação dada pela Lei nº 13.371, de 2016)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO A PARTIR DE
Especial	III	R\$ 12.802,60
	II	R\$ 12.405,62
	I	R\$ 11.986,11
C	III	R\$ 11.525,10
	II	R\$ 11.135,36
	I	R\$ 10.758,80
B	III	R\$ 10.394,98
	II	R\$ 10.043,46
	I	R\$ 9.657,17
A	IV	R\$ 9.330,60
	III	R\$ 9.015,07
	II	R\$ 8.710,22
	I	R\$ 8.415,67

ANEXO IX

Anexo III

(Redação dada pela Lei nº 13.371, de 2016)

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO - GDAPA

CLASSE	PADRÃO	VALOR PONTO DA GDARA A PARTIR DE
Especial	III	R\$ 54,87
	II	R\$ 53,17
	I	R\$ 51,37
C	III	R\$ 49,39
	II	R\$ 47,72
	I	R\$ 46,11
B	III	R\$ 44,55
	II	R\$ 43,04
	I	R\$ 41,39
A	IV	R\$ 39,99
	III	R\$ 38,64
	II	R\$ 37,33
	I	R\$ 36,07

ANEXO X

Gratificação de Qualificação - GQ

a) Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	GQ-I	GQ-II	GQ-III
Especial	III	R\$1.542,57	R\$2.313,85	R\$3.085,13
	II	R\$1.505,31	R\$2.257,97	R\$3.010,63
	I	R\$1.469,30	R\$2.203,95	R\$2.938,59
C	III	R\$1.399,98	R\$2.099,97	R\$2.799,96
	II	R\$1.367,25	R\$2.050,87	R\$2.734,50
	I	R\$1.335,54	R\$2.003,31	R\$2.671,08
B	III	R\$1.304,71	R\$1.957,06	R\$2.609,42
	II	R\$1.274,82	R\$1.912,23	R\$2.549,64
	I	R\$1.218,15	R\$1.827,22	R\$2.436,30
A	IV	R\$1.191,08	R\$1.786,62	R\$2.382,16
	III	R\$1.164,74	R\$1.747,11	R\$2.329,48
	II	R\$1.139,20	R\$1.708,81	R\$2.278,41
	I	R\$1.114,38	R\$1.671,56	R\$2.228,75

b) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	GQ-I	GQ-II	GQ-III
Especial	III	R\$1.079,80	R\$1.619,69	R\$2.159,59
	II	R\$1.053,72	R\$1.580,58	R\$2.107,44
	I	R\$1.028,51	R\$1.542,76	R\$2.057,02
C	III	R\$979,99	R\$1.469,98	R\$1.959,97
	II	R\$ 957,07	R\$1.435,61	R\$1.914,15
	I	R\$934,88	R\$1.402,32	R\$1.869,76
B	III	R\$913,30	R\$1.369,94	R\$1.826,59
	II	R\$ 892,37	R\$1.338,56	R\$1.784,75
	I	R\$852,70	R\$1.279,06	R\$1.705,41
A	IV	R\$833,76	R\$1.250,64	R\$1.667,51
	III	R\$815,32	R\$1.222,98	R\$1.630,64
	II	R\$797,44	R\$1.196,16	R\$1.594,89
	I	R\$780,06	R\$1.170,10	R\$1.560,13

ANEXO XI

Gratificação de Qualificação – GQ

Engenheiro Agrônomo da Carreira de Perito Federal Agrário

CLASSE	PADRÃO	GQ-I	GQ-II	GQ-III
Especial	III	R\$1.542,57	R\$2.313,85	R\$3.085,13
	II	R\$1.505,31	R\$2.257,97	R\$3.010,63
	I	R\$1.469,30	R\$2.203,95	R\$2.938,59
C	III	R\$1.399,98	R\$2.099,97	R\$2.799,96
	II	R\$1.367,25	R\$2.050,87	R\$2.734,50
	I	R\$1.335,54	R\$2.003,31	R\$2.671,08
B	III	R\$1.304,71	R\$1.957,06	R\$2.609,42
	II	R\$1.274,82	R\$1.912,23	R\$2.549,64
	I	R\$1.218,15	R\$1.827,22	R\$2.436,30
A	IV	R\$1.191,08	R\$1.786,62	R\$2.382,16
	III	R\$1.164,74	R\$1.747,11	R\$2.329,48
	II	R\$1.139,20	R\$1.708,81	R\$2.278,41
	I	R\$1.114,38	R\$1.671,56	R\$2.228,75

JUSTIFICATIVA

A presente Medida Provisória busca suprir demanda do INCRA por pessoal especializado e proporcionar aos servidores remunerações justas, observados os parâmetros aplicáveis ao conjunto das carreiras da Administração Pública Federal.

O objetivo é atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos e das carreiras objeto desta Medida Provisória, em consonância com os parâmetros estabelecidos no art. 39 § 1º da Constituição Federal, além de instituir um Serviço Público profissionalizado responsável, eficiente e democrático para construir e desenvolver uma inteligência permanente no Estado.

Quanto ao disposto no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pode-se considerar atendido, uma vez que mesmo com tais alterações, não excederá os percentuais da receita corrente líquida prevista no caso da União.

Convém registrar que as propostas de estruturação, criação e reestruturação de planos de carreiras e cargos foram elaboradas com base em relatório de Grupo de Trabalho (GT) – composto por integrantes das entidades representativas dos servidores da Autarquia e da direção do INCRA-, com estrita observância aos princípios constitucionais e à legislação que rege as atividades da Administração Pública, dentre os quais se destacam: ingresso em cargos públicos mediante aprovação em concurso público; avaliação de desempenho individual e institucional; mecanismo de desenvolvimento na carreira orienta do pelo mérito; remunerações não superiores ao limite estipulado no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal; fixação da retribuição de acordo com a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes das Carreiras; irreduzibilidade da remuneração; e não vinculação ou equiparação de quaisquer espécies para efeito de remuneração.

A proposta de criação de cargos efetivos contidas na presente Medida Provisória refere-se às carreiras de Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Perito Federal Agrário é de grande importância para que se possa recompor a força de trabalho da Autarquia evitando que as suas ações entrem em colapso caso não haja incremento de servidores para dar conta do aumento das atividades no decorrer dos anos, bem como, proceder à recomposição da força de trabalho necessária à substituição da evasão de servidores por aposentadoria e solicitação de vacância ou exoneração.

A criação dos cargos nos termos propostos resultará na seguinte configuração do Quadro de Pessoal do

INCRA:

Finalmente, a presente Medida Provisória objetiva também valorizar carreiras cujas atividades são privativas

do Estado, que seja: realizar a Reforma Agrária, o Desenvolvimento Agrário e o Gerenciamento da Estrutura Fundiária do Brasil, exigindo garantias especiais e o necessário reconhecimento por parte da sociedade, principalmente quanto à sua remuneração e condições de trabalho / atuação.

Com a aprovação desta Medida Provisória tornar-se o INCRA apto a cumprir a metas definidas pelo Governo, bem como gerir adequadamente a malha fundiária do País.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

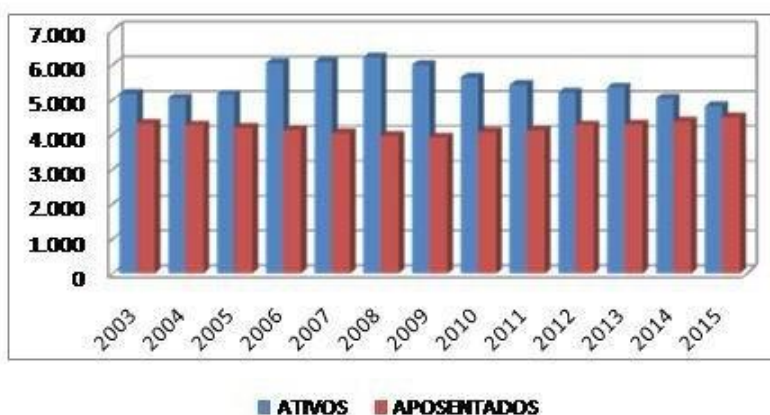
A presente proposta gera um investimento de apenas R\$ 208 milhões, a partir de 2018, cifra que pode ser obtida com a atualização e correção das taxas do ITR (Imposto Territorial Rural), acrescida de maior fiscalização quanto a arrecadação deste tributo. Somado a isso a despesa da União com o

pagamento de pessoal e encargos sociais, em proporção do Produto Interno Bruto (PIB) está em queda, atualmente em torno de 4% do PIB.

SITUAÇÃO ATUAL DO INCRA

O INCRA em dezembro de 2003 dispunha de 5.164 (cinco mil, cento e sessenta e quatro) servidores ocupantes de cargos efetivo sem exercício no INCRA, sendo que apesar da realização de 3(três) concursos públicos, em dezembro de 2016 o INCRA contava apenas com cerca 4.300 (quatro mil e trezentos) servidores.

ATIVOS X APOSENTADOS (2003 A 2015)



Em decorrência, a distribuição da força de trabalho nas Unidades indica relevante nível de carência de quadros funcionais em diversas Superintendências Regionais, conforme pode ser verificado no demonstrativo a seguir.

O Demonstrativo indica que o INCRA já conta com 9(nove) Superintendências Regionais com um quantitativo total de servidores inferior a 100(cem) pessoas, o que dificulta obre maneira o atendimento mínimo das demandas institucionais nestas Unidades.

A realização dos concursos públicos autorizados para o provimento de vagas no INCRA no período de 2004 a 2010 resultaram no ingresso de 2.573 novos servidores, sendo que desse total 741(setecentos e quarenta e

um) novos servidores deixaram o INCRA, quase a totalidade em decorrência de solicitação de vacância e de exoneração, conforme especificado a seguir:

Concurso Público /2004-532vagas

Denominação do cargo efetivo	Ingressos	Egressos				Mantidos	%Vagas providas
		Exoneração	Vacância	Outros	Total		
Administrador	44	3	15	-	18	26	59,09%
Assistente social	30	2	2	1	5	25	83,33%
Contador	51	9	17	-	26	25	49,02%
Economista	33	6	5	-	11	22	66,67%
Engenheiro	27	8	7	-	15	12	44,44%
Engenheiro Agrônomo	170	18	24	3	45	125	73,53%
Estatístico	6		2	-	2	4	66,67%
Fiscal de Cadastro e Tributação Rural	44	6	8	-	14	30	68,18%
Geógrafo	26	2	2	-	4	22	84,62%
Orientador de Projetos de Assentamento	28	3	3	-	6	22	78,57%
Técnico em Comunicação Social	29	1	6	-	7	22	75,86%
Total Geral	488	58	91	4	153	335	68,65%

Concurso Público / 2005 - 1.667vagas

Denominação do cargo efetivo	Ingressos	Egressos				Mantidos	%Vagas providas
		Exoneração	Vacância	Outros	Total		
Analista Administrativo	202	36	70	-	106	96	47,52%
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	612	90	107	4	201	411	67,16%
Engenheiro Agrônomo	429	16	50	4	70	359	83,68%
Técnico Administrativo	107	24	37	-	61	46	42,99%
Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário	183	25	37	3	65	118	64,48%

Total Geral	1.533	191	301	11	503	1.030	67,19%
--------------------	--------------	------------	------------	-----------	------------	--------------	---------------

Concurso Público /2010 - 619 vagas

Denominação do cargo efetivo	Ingressos	Egressos				Mantidos	%Vagas providas
		Exoneração	Vacância	Outros	Total		
Analista Administrativo	152	14	15	-	29	123	80,92%
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	244	23	9	-	32	212	86,89%
Engenheiro Agrônomo	83	3	8	-	11	72	86,75%
Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário	73	7	5	1	13	60	82,19%
Total Geral	552	47	37	1	85	467	84,60%

Os demonstrativos indicam que 265 (duzentas e sessenta e cinco) vagas não foram providas, basicamente em razão do desinteresse dos candidatos classificados em tomar posse e entrar em exercício. Em várias situações, todos os candidatos classificados foram convocados e não foi possível efetuar o provimento das vagas. É o caso, por exemplo, do cargo de Analista Administrativo, com Habilitação em Análise de Sistemas, para o qual foram destinadas 20 (vinte) vagas no concurso público de 2010. Foram convocados todos os 54 (cinquenta e quatro) candidatos classificados no certame, entretanto, apenas 5 (cinco) vagas foram providas.

Desta forma, os quantitativos relativos aos 3(três) últimos concursos realizados pelo INCRA indicam a seguinte situação:

Denominação do cargo efetivo	Ingressos	Egressos				Mantidos	% Vagas providas
		Exoneração	Vacância	Outros	Total		
Total Geral	2.573	296	429	16	741	1.832	71,20%

Verifica-se que 2.573 (dois mil, quinhentos e setenta e três) novos servidores ingressaram no INCRA, sendo que desse total, 741 (setecentos e quarenta e um) solicitaram vacância, exoneração ou foram excluídos por outras razões (aposentadoria, demissão, falecimento).

Por outro lado, cabe esclarecer que entre os servidores cujo ingresso não ocorreu em razão da realização de concursos públicos entre 2004 e 2010, 2.246 (dois mil, duzentos e quarenta e seis) desses servidores, deixaram o INCRA, a grande maioria em decorrência de solicitação de aposentadoria.

Assim, pode ser constado que ingressaram no INCRA entre 2004 e 2015 o total de 2.573 (dois mil, quinhentos e setenta e três) novos servidores e por outro lado, deixaram o INCRA outros 2.987 (dois mil, novecentos e oitenta e sete) servidores, de forma que o saldo entre ingressos e egressos estava negativo (em 2015) em 414 (quatrocentos e quatorze) servidores.

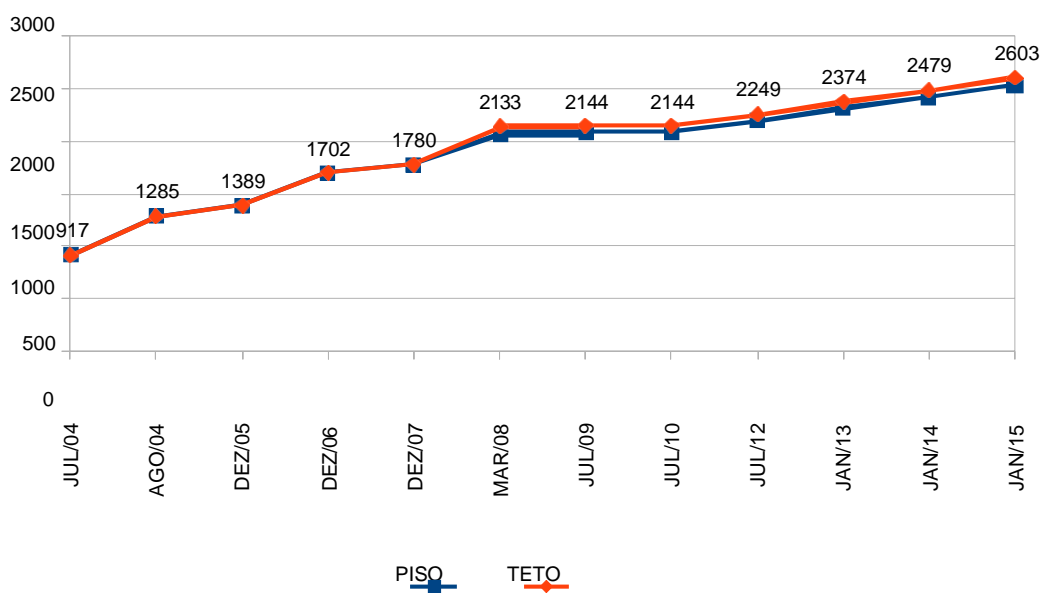
Este cenário tende a se agravar, dada a quantidade expressiva de servidores que reúnem as condições para solicitar aposentadoria. Estimativas da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do INCRA indicam que entre 2016 e 2019, um total de 1.375 (mil, trezentos e setenta e cinco) servidores devem solicitar aposentadoria, confirmando a expectativa de que apenas 25% (vinte e cinco por cento) daqueles que reúnem as condições de aposentadoria realmente a solicitem.

Ano de Aposentadoria	Geral	Total acumulado	Compulsória	Saldo	25%	Expectativa de aposentadorias	Remanescente
2016	365	1.351	40	1.311	328	368	983
2017	251	1.234	56	1.178	294	350	883
2018	244	1.127	67	1.060	265	332	795
2019	256	1.051	83	968	242	325	726
Total	1.116	-	246	4.517	1.129	1.375	3.388

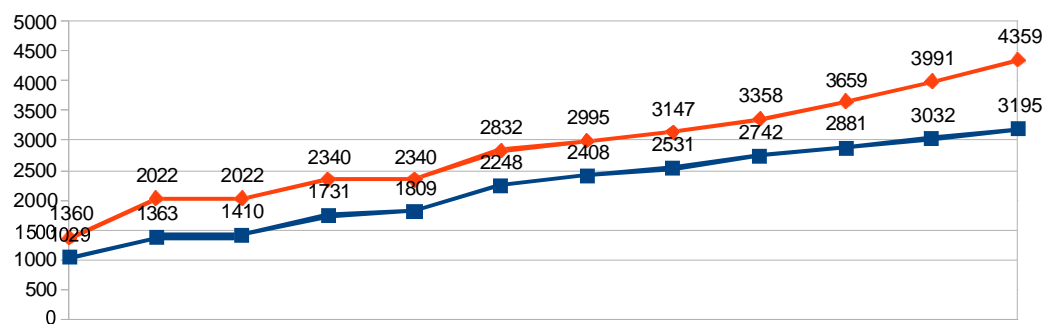
REMUNERAÇÃO

No que se refere à evolução da remuneração básica relativa aos cargos que compõe o Quadro de Pessoal do INCRA, verificamos, até janeiro de 2015, a seguinte situação:

EVOLUÇÃO REM BÁSICA - NA



EVOLUÇÃO REM BÁSICA - NI



JUL/04

AGO/04

DEZ/05

DEZ/06

DEZ/07

MAR/08

JUL/09

JUL/10

JUL/12

JAN/13

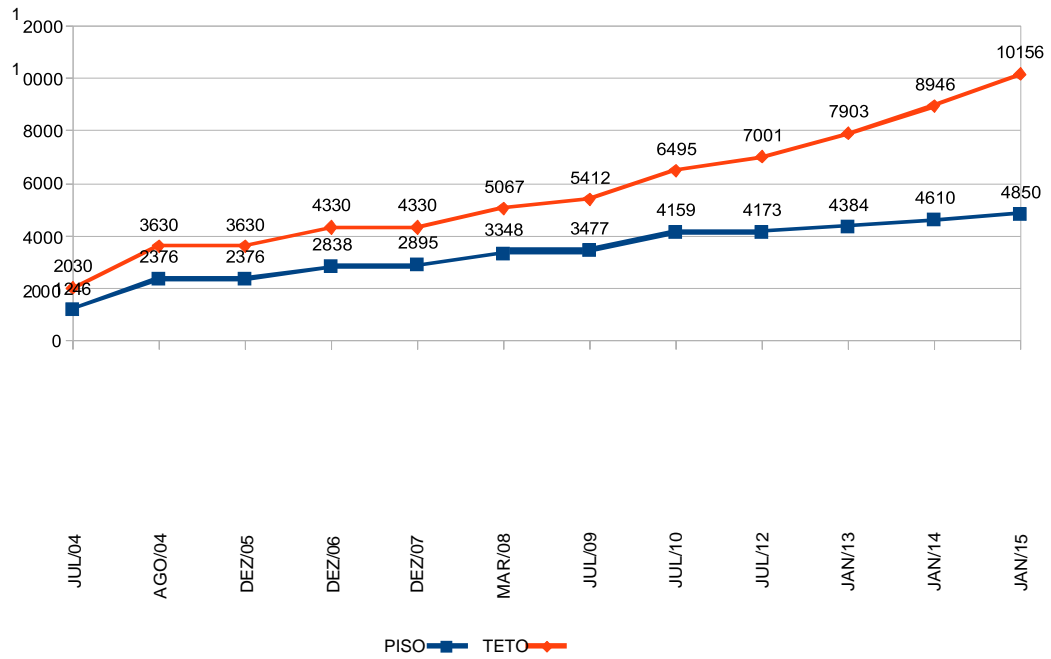
JAN/14

JAN/15

PISO

TETO

EVOLUÇÃO REM BÁSICA - NS



EVOLUÇÃO REM BÁSICA - ENG. AGRON

